



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 2187, DE 2020

Constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de quatro membros titulares para, no prazo de 90 dias, acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal e seus desdobramentos, as providências para evitar novos focos de incêndios, a limpeza dos locais já atingidos, a proteção das populações diretamente atingidas, da economia, da fauna e da flora e a transparência das atividades coordenadas pela Operação Pantanal.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº ___, DE 2020

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de quatro membros titulares para, no prazo de 90 dias, acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal e seus desdobramentos, as providências para evitar novos focos de incêndios, a limpeza dos locais já atingidos, a proteção das populações diretamente atingidas, da economia, da fauna e da flora e a transparência das atividades coordenadas pela Operação Pantanal.

JUSTIFICAÇÃO

O bioma Pantanal, segundo as respectivas delimitações estabelecidas em mapa pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui área aproximada de 150.355 km², ocupando 1,76% da área total do território brasileiro. Considerado uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta, o bioma Pantanal ocupa parte dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e se estende pela Bolívia e pelo Paraguai. O Pantanal possui rica biodiversidade (flora e fauna), além da presença de comunidades tradicionais e indígenas e possui grande potencial em serviços ecossistêmicos.

O Pantanal, apesar de sua importância ambiental e seu potencial turístico, possui apenas 4,6% de seu território protegido por unidades de conservação, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA). No entanto, 80% da área desse bioma encontra-se preservado. Mesmo caracterizado como um bioma que possui estações seca e chuvosa fortemente demarcadas, com maior frequência de focos de incêndio no período da seca (agosto a outubro), o aumento do registro de queimadas entre os meses de janeiro a agosto de 2020 (não somente no Pantanal, mas também na Amazônia Legal) em comparação com os anos anteriores, tornou-se um dos assuntos mais discutidos no Brasil e no exterior, tendo em vista os riscos para o meio ambiente e a biodiversidade desses ecossistemas únicos.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou, de 1º de janeiro a 20 de agosto de 2020, 8.058 focos de queimadas, o que representa um aumento de 205% em comparação ao mesmo período de 2019. Desses focos, 47,6% foram detectados no período de 1º a 20 de agosto. A situação é agravada pelo fato de as queimadas serem mais características no período das secas, a partir de agosto. Entretanto, como a estiagem sentida no bioma é a mais severa nos últimos 47 anos, os focos de incêndio já se iniciaram em janeiro deste ano. Portanto, com o esperado aumento de temperatura e redução da



SF/20067.97491-31



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Wellington Fagundes

umidade do ar nas próximas semanas, o Pantanal pode ter danos ambientais incomensuráveis, além dos negativos impactos à saúde da população local. Segundo relatos de bombeiros que atuam na região, há mais de 14 anos não havia queimadas como as no ano de 2020.

O combate ao fogo vem acompanhado de muitos desafios. Os bombeiros, autoridades ambientais e o povo pantaneiro tem diante de si um árduo trabalho, somado a especificidades da região que aumentam, ainda mais, o êxito dos resultados das ações. A exemplo, as características próprias da vegetação seca, que tendem a provocar grandes incêndios; a necessidade de buscar água a grandes distância, eis que em época de seca inexistem reservatórios e as lagoas estão secas e, por fim, a falta de infraestrutura, como o tamanho restrito das pistas de pouso das fazendas, que trazem dificuldades logísticas.

A respeito das causas do aumento significativo das queimadas, a seca extrema no ano de 2020 é intensificada pelo desmatamento crescente nos biomas adjacentes, Amazônia e Cerrado, eis que o Pantanal sofre influência direta desses biomas. As nascentes dos rios pantaneiros localizam-se principalmente no Cerrado. Já os focos de incêndio no bioma Pantanal surgem, sobretudo, pelas práticas de atear fogo para a limpeza de roçados ou pastagens.

Ressalte-se que o combate ao incêndio florestal pelo governo brasileiro ocorre mediante a atuação dos brigadistas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nos casos de combate a incêndios que ocorram em unidades de conservação federais. No Pantanal, observa-se a atuação dos governos estaduais e municipais no enfrentamento a essa grande tragédia social e ambiental.

A situação atual é grave e há fortes indícios de que os incêndios detectados no bioma Pantanal ocorreram pela forte seca associada a ações antropogênicas. A reação rápida e enérgica do poder público para eliminar focos de incêndios, impedir novos desmatamentos e, assim, evitar novas queimadas é imprescindível.

No entanto, observamos que não podemos aguardar apenas as medidas emergenciais e temporárias. O bioma Pantanal, considerado Reserva da Biosfera Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), tem natureza de patrimônio natural de acordo com o disposto no § 4º do art. 225 da Constituição Federal, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

Todavia, inexistente um marco normativo federal que complete esta lacuna da legislação federal específica para o bioma Pantanal, que possui tão significativa importância cultural, social, econômica e ecológica ao Brasil e ao mundo. Nesse sentido, nossa proposta é apresentar um projeto de lei que institua a norma geral de proteção ao Bioma Pantanal, denominada *Estatuto do Pantanal*, que contemple objetivos, princípios, diretrizes gerais para promover o desenvolvimento sustentável da região, com ênfase nas características do bioma e nos anseios do povo pantaneiro, que há mais de 200 anos ocupa aquela região proporcionando assim a certeza de proteção e conservação e reconhecendo definitivamente o valor da biodiversidade desse bioma para as futuras gerações.



SF/20067.97491-31



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Wellington Fagundes

Diante dos incêndios verificados no Pantanal e dos debates que ensejam a tomada de ações por parte de todos os Poderes voltados a concentrar esforços na resolução de problemas e adoção de medidas estruturantes, propomos um debate aberto, transparente, com a participação de todos os atores da sociedade civil e em especial com o povo pantaneiro, para elaborar um marco normativo que venha a traçar diretrizes para políticas públicas integradas entre os estados do Pantanal, com ênfase no fomento ao desenvolvimento sustentável, incentivo a atividades que conservem o ecossistema, mas também o necessário olhar para a carência de infraestruturas, instrumentos de planejamento territorial (como o zoneamento ecológico-econômico) e uma visão de que o bioma é único. O Estatuto do Pantanal será norteador para o agir cooperado e integrado entre os estados e conterà diretrizes aos estados situados na região do Pantanal visando fomentar a certificação ambiental das atividades sustentáveis desenvolvidas na região da bacia do rio Paraguai; a recuperação de áreas degradadas; a promoção do turismo na bacia do rio Paraguai, o estímulo à criação de mecanismos econômicos de incentivo às atividades de preservação e conservação ambiental e de combate aos incêndios florestais.

Diante do nosso comprometimento com o desenvolvimento sustentável do Bioma, somado ao urgente e necessário debate sobre medidas que tragam resultados que previnam a ocorrência de incêndios ou diminuam a probabilidade de sua ocorrência, como maior fiscalização para reduzir o desmatamento e a degradação ambiental, apoio na estruturação física e operacional do Prevfogo, capacitação de atores locais para monitorar, prevenir e combater incêndios florestais e queimadas, propomos a criação desta Comissão com o objetivo de acompanhar, avaliar, sugerir e aprovar medidas emergenciais para a situação atual, bem como construir com os governos locais e o Governo Federal soluções para esta grave ocorrência no bioma Pantanal e para evitar desastres futuros a partir de visitas *in loco*, reuniões, debates com os envolvidos, incluindo órgãos federais, estaduais e municipais, organizações não governamentais, universidades e centros de pesquisas, além de profissionais atuantes nas situações de desastres.

Por fim, como resultado da referida Comissão Temporária Externa, espera-se, a partir da articulação com os diferentes atores envolvidos, apresentar encaminhamentos e soluções concretas a serem orquestradas pelo Poder Legislativo.

Sala das Sessões, 3º de setembro de 2020.

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**



SF/20067.97491-31



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Wellington Fagundes



SF/20067.97491-31